

ATA DA 22 REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, reuniram na sala de reuniões da sede do LEMEPREV, situado à Rua Joaquim de Góes, nº 665 – Centro – Leme – SP, às quatorze horas e dez minutos, os membros do Comitê de Investimentos, nomeados através da Portaria nº 82/2012 e 27/2013, constatando a presença de todos. Em seguida realizou-se a verificação dos investimentos e os resgates financeiros, constatando que no mês junho/2014 foram realizados **aportes** no valor total de R\$1.813.869,59, sendo R\$38.852,91 no Fundo CAIXA FI BRASIL DI LP, R\$107.169,14 no Fundo CAIXA FI BRASIL IRF-M 1 TP RF, R\$613.030,64 no Fundo FIC FI CAIXA NOVO BRASIL IMA-B RF LP e R\$1.054.816,90 no Fundo FI CAIXA IDKA 2 A RF LP. Realizou-se **resgate** no montante de R\$21.534,73 do FIDC BVA ITÁLIA SENIOR, cuja amortização foi efetuada conforme regulamento. Quanto à **concentração**, os Fundos de RENDA FIXA atingiram, em junho/2014, o montante de R\$76.553.045,74, perfazendo 95% do PL, sendo que: os Fundos 100% Títulos Públicos totalizaram R\$53.150.241,89 (65,71% do PL); os Fundos Renda Fixa (IMA ou IDK) somaram R\$11.213.497,11 (13,86% do PL), em Renda Fixa e Referenciado não Crédito Privado o valor de R\$10.892.033,55 (13,47%), em FIDC Aberto consta o valor de R\$973.861,94 (1,20% do PL) e em FIDC Fechado consta o valor de R\$323.411,25 (0,40% do PL). Os Fundos de RENDA VARIÁVEL totalizaram o valor de R\$4.329.553,45 o que equivalente a 5% do PL, onde R\$1.952.929,93 (2,41% do PL) trata-se de investimento em Fundo de Ações, R\$1.357.257,65 (1,68% do PL) em Fundo de Investimentos por Participação e R\$1.019.365,87 (1,26% do PL) em Fundo de Investimentos Imobiliários. Após análise, constatou-se que os investimentos estão de acordo com a política de investimentos e legislações específicas vigentes. Conforme análise da RiskOffice – setembro/2013 – encontra-se desenquadrado perante o Art.8º, II, § único, da Resolução 3.922/10, o Fundo VIX Small Caps/Genus Institucional Value Fia. Aguardamos as adequações necessárias no regulamento, observando que perante o Ministério da Previdência os investimentos LEMEPREV estão de acordo com a legislação vigente. Passou-se para o exame dos fundos de investimentos quanto à **rentabilidade** nos últimos 12 meses, considerando o mês de junho/2014, onde

foi verificado o seguinte: **RENDA FIXA** - BB IRF M com 9,69%↑, BB IDKA 2 com 11,02%↑, BB IRF-M 1 com 9,41%↑, CEF IMA B 5 com 10,34%↑, CEF IMA-B com 6,47%↑, CEF IRF-M 1 com 9,56%↑, CEF IDKA2 com 10,97%↑, CEF NOVO BRASIL com 6,78%↑, BRADESCO FI RF IRF-M 1 com 9,45%↑, ITAU Inflação 5 com 10,19%↑, ITAU Soberano com 9,41%↑, VIX IMA B com 2,51%↑, LMX IMA B com 1,97%↑, BB PERFIL FC com 9,73%↑, CEF FI BRASIL RF DI LP com 9,67%↑, FIDC BVA MASTER III com 8.104,86%↑, FIDC BVA ITÁLIA com 67,32%↓, FIDC QUATÁ com 13,24%↓. **RENDA VARIÁVEL** – BB AÇÕES CIELO com 65,71%↑, ÁTICO FLORESTAL com 8,28%↓ e GENUS INSTITUCIONAL VALUE FIA com -16,67%↑. O desempenho da carteira de investimentos Lemeprev atingiu em junho/2014 (acumulado no ano) o percentual de 7,82%, frente à meta atuarial de 6,81% (IPCA + 6%). Foram analisadas as publicações a seguir: www.infomoney.com.br – (22/07/2014) – **Cresce chance de recessão no Brasil em 2014, diz Moody's** – Uma sucessão de notícias econômicas ruins nas últimas semanas vem motivando discussões sobre uma possível recessão no Brasil este ano. Alfredo Coutinho, diretor para América Latina da Moody's Analytics, afirmou hoje que a probabilidade de o País ter dois trimestres consecutivos de contração no Produto Interno Bruto (PIB) este ano “está superando 50%”. Coutinho prevê que a economia brasileira tenha sofrido contração no segundo trimestre e que a fraqueza deve aumentar na segunda metade do ano. O economista também afirmou que o Banco Central terá uma missão difícil de comunicação pela frente, uma vez que os últimos números mensais de inflação mostraram desaceleração, mas o cenário anual continua mostrando sinais de pressão. “O Banco Central terá que comunicar a questão muito claramente para acalmar os mercados e convencer os participantes da inércia da inflação”, afirmou. O BC optou por manter a taxa básica de juros – a Selic- em 11% nas duas últimas reuniões, em um cenário de fraco desempenho econômico, apesar das pressões inflacionárias. (23/07/2014) – **Lula critica FHC e diz que controlar inflação demitindo “é Fácil”** – A eleição presidencial de outubro já tem uma marca exclusiva: nunca antes ex-presidentes foram tão influentes nos destinos dos candidatos de seus partidos. A ponto de, muitas vezes, assumirem o protagonismo do debate e ocuparem as manchetes no lugar de quem estará diretamente sob o julgamento das urnas. Em nenhum

outro país isso acontece, muito menos na proporção e com a naturalidade com que ocorre no Brasil. Na manhã desta quarta-feira 23, antes que o tucano Fernando Henrique ocupasse a mídia, o petista Lula já apareceu para tomar o espaço com uma alfinetada ao antecessor tucano. “No Brasil, durante 12 anos dos governos Lula e Dilma, a inflação se manteve dentro da meta. Isso foi feito com aumento real de salário mínimo, crescimento do mercado interno e uma taxa de desemprego menor que muito países europeus”, postou o ex-presidente petista no Facebook. A mensagem resgata uma frase de Lula dita ontem, durante o congresso de químicos na Praia Grande, no litoral paulista. “É muito fácil controlar a inflação demitindo trabalhadores e arrochando salários”, disse o ex-presidente, acrescentando na mensagem na rede social: mas o compromisso dos governos Lula e Dilma tem sido o de controlar a inflação melhorando a vida do trabalhador. O link leva para uma publicação do site Muda Mais, que diz: “Inflação cai, mas nem todo mundo viu assim”. Lula também veio hoje com declarações de que a presidente Dilma Rousseff irá superar a rejeição e convencer o eleitorado de São Paulo a dar o voto a ele. A julgar pelo que vem ocorrendo até aqui, ele deverá ser retrucado pelo rival. Nas últimas semanas, não passou um dia sequer sem que Fernando Henrique ou Lula não tivesse procurado criar fatos políticos um atrás do outro. Chamando o adversário para a briga verbal, o tucano registrou dias atrás que o petista não sabe reconhecer seus próprios erros, preferindo apenas atacar quem o critica. Dando de ombros, Lula devolveu que não lê o que Fernando Henrique. A troca de farpas, sem dúvida, vai continuar cada vez mais certa até outubro. Enquanto Fernando Henrique, na eleição, joga a favor do resgate de seu estilo de governo, Lula trabalha pela reeleição de Dilma Rousseff para ele próprio ter um caminho de volta à Presidência da República mais suavizado, com uma aliada no poder. Pela idade, FHC não pensa em voltar, mas o antigo núcleo de sua equipe econômica, com Armínio Fraga à frente, já fala em nome de Aécio e muitos de seus artigos auxiliares em outras áreas ocupam posto chave na campanha. O tesoureiro, por exemplo, é seu ex-ministro e amigo pessoal José Gregori. A influência de Lula sobre Dilma se dá em outro plano. O ex-presidente tem no jornalista Franklin Martins e no chefe do gabinete presidencial Gilberto Carvalho homens de sua confiança no centro da campanha de reeleição. Lula

manterá a posição, se Dilma ganhar a eleição, de principal interlocutor da presidente, saindo a pré-candidato favorito no PT para concorrer em 2018. Aos 83 anos, Fernando Henrique não alimenta planos de voltar. Mas ele também tem muito a ganhar. A vitória de Aécio, que ele próprio lançou e que não esconde a admiração pelo governo e o estilo pessoal do ex-presidente, seria um espetacular resgate de sua herança política. Depois de ter tido sua gestão defenestrada seguiu da por Lula, primeiro, e por Dilma, em seguida, FHC atua fortemente para vencer essa revanche. Ele tem concedido mais entrevistas e não se furta a orientar os passos do candidato. (24/07/2014) – **Economist questiona Dilma: talvez medidas para mascarar problemas não estejam dando certo** – A revista britânica The Economist voltou a destacar os dias difíceis que a economia brasileira vem passando em matéria desta semana intitulada "All system low", ou "Todo o sistema desacelera". A reportagem destacou que, durante a Copa do Mundo, havia uma profusão de verde e amarelo, sendo difícil comprar qualquer coisa que não fazia referências ao Brasil. Agora, as bandeiras e as camisas de futebol já foram, dando lugar às camisetas falsificadas e bolsas baratas. Uma das entrevistas, a vendedora ambulante Katia Maurício, destacou que o negócio é bom, mas que ele deve ir para baixo. E o mercado está indo na mesma direção, segundo aponta a revista, com a confiança das empresas afundando a níveis que não eram vistos desde as profundezas da recessão global de 2009. A inflação dos preços definidos pelo mercado, e não pelo governo, seria superior a 7%, enquanto os economistas cortam a projeção do PIB para 1%, num verdadeiro 7 a 1, fazendo referência à vitória esmagadora da Alemanha sobre o Brasil nas semifinais da Copa, no dia 08 de julho. O Goldman Sachs, ressalta a revista, já vê sinais de estagflação. A situação da indústria também é preocupante, com o setor "jogando a toalha" após três anos de crescimento anêmico, conforme destaca o Morgan Stanley. Por outro lado, a taxa de desemprego é baixa mas, com as perspectivas de emprego ficando mais desanimadoras, os consumidores, que têm puxado a economia ao longo dos últimos anos, estão cada vez mais pessimistas. No mês passado, 11,4% dos consumidores estavam há mais de 30 dias inadimplentes, acima dos 9% um ano antes. As vendas no varejo sentiram, aponta a Economist. "A diminuição da confiança é a maior ameaça para as

chances da presidente Dilma Rousseff de um segundo mandato na eleição de outubro deste ano. Em um esforço para evitar que os eleitores sintam o aperto, Dilma afrouxou as rédeas fiscais. Em maio, os gastos públicos foram 16% maiores do que o ano anterior, enquanto as receitas caíram 8% na mesma base de comparação. Como resultado, o Brasil teve seu segundo pior déficit mensal orçamental primário (isto é, antes do pagamento de juros) da história", afirma a revista que dá destaque a fala da vendedora ambulante: "eles estão tentando mascarar o problema para depois da eleição". Mas a The Economist reforça que, se assim for, não está funcionando, com a liderança da presidente sendo ameaçada cada vez mais nestas eleições, com a revista citando a pesquisa Datafolha, que mostrou um empate técnico entre Aécio Neves (PSDB) e Dilma. A vantagem de Dilma é de apenas quatro pontos percentuais agora em caso de segundo turno. Em fevereiro, a vantagem era de 27 pontos, destaca a publicação. **FMI alerta que Brasil precisa de reformas ambiciosas** – O Brasil e outros mercados emergentes, como a África do Sul, precisam de "reformas ambiciosas" para voltar a estimular os empresários a investirem e a economia a crescer mais, afirmou o economista-chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI), Olivier Blanchard. "Em um número de países, como o Brasil e a África do Sul, a taxa de investimento é muito baixa, claramente devido a impedimentos estruturais", disse ele, em entrevista à imprensa nesta quinta-feira, 24. Sobre o Brasil, o diretor do departamento para Hemisfério Ocidental do FMI, Gian Maria Milesi-Ferretti, destacou na entrevista que o investimento tem sido muito fraco e a pressão inflacionária alta, o que levou o Banco Central a elevar os juros em mais de 3 pontos percentuais. "Isso, evidentemente, tem impacto na demanda", disse. Para o economista, o "espírito animal" dos empresários brasileiros "não está operando muito bem", como pode ser visto pelos níveis baixos de confiança dos agentes. A baixa confiança dos empresários brasileiros e os fracos números do Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre levantam o FMI, destacou o diretor, a reduzir as projeções de crescimento para este ano do País. A expectativa agora é que o Brasil cresça 1,3%, uma das menores taxas entre os maiores países emergentes. Falando da necessidade de reformas nos emergentes, Blanchard destacou que o México como exemplo de um país que tem conseguido fazer reformas relevantes. Mesmo assim, a previsão de

crescimento para a economia mexicana foi reduzida pelo FMI, por conta da desaceleração da expansão nos Estados Unidos em 2014. (28/07/2014) – **Consumidor reduz procura por crédito, indica a Boa Vista** – A demanda dos consumidores por crédito caiu 2,5% no primeiro semestre de 2014, segundo a Boa Vista Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC). Na comparação com junho do ano passado a retração foi mais expressiva, de 6,5%, enquanto em relação a maio deste ano o recuo foi de 2,2%, já descontados os efeitos sazonais. Nos 12 meses encerrados em junho, a tendência de queda se intensificou, com a variação negativa de 1,4% no mês passado, ante queda acumulada de 0,9% em maio. A Boa Vista aponta que a desaceleração da demanda por crédito continua sendo explicada pelos mesmos motivos do mês anterior e segue em linha com o cenário de incerteza que permeia a economia brasileira. “Além da maior cautela do consumidor, pelo lado da oferta, a política monetária restritiva enfrentada nos últimos meses também vem contribuindo para que a busca por crédito seja menor”, dizem os economistas da instituição. A perspectivas para os meses seguintes, no entanto, é de que pode haver “uma leve reversão deste cenário”. Entre os motivos, destaca a nota, “estão as novas medidas macroprudenciais vigentes desde o final de junho e que tendem a suavizar este aperto monetário e consequentemente criar maiores estímulos à demanda”. Considerando os segmentos que compõem o indicador geral, a demanda do consumidor por crédito nas instituições financeiras aprofundou a retração, ao passar de 3,4% para 4,3%, entre maio e junho. Na mesma base comparativa, o setor não-financeiro também aprofundou o movimento de queda, ao passar de -0,5% para -1,3%. O indicador de Demanda por Crédito – pessoa física é elaborado a partir da quantidade de consultas de CPF realizadas por empresas à base de dados da Boa Vista. As séries têm como ano base a média de 2011 = 100 e passam por ajuste sazonal para avaliação da variação mensal. **Economistas anti e pró Governo debatem cenário econômico em debate; confira** – Em debate entre economistas ligados aos principais candidatos à Presidência, o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Marcio Holland, assumiu o papel de defensor da política econômica do governo Dilma Rousseff. Em programa da Globo News para discutir as propostas dos presidenciáveis, Holland foi indicado pela campanha da petista

para debater com os economistas Mansuelo Almeida, indicado pela equipe de Aécio Neves (PSDB), e Eduardo Giannetti da Fonseca, indicado pela campanha de Eduardo Campos (PSB). Os especialistas indicados pelos partidos de oposição criticaram o quadro atual da economia brasileira, com baixo crescimento e inflação alta, além de apontar a necessidade de controle do crescimento dos gastos e de uma reforma tributária. E um dos trechos com discussão mais quente, Giannetti reconheceu o argumento de Holland de que o ambiente externo deixou de favorecer o Brasil nos últimos anos, mas comparou o País com os vizinhos. "No período do governo Dilma, o Brasil creceu menos do que cresceu a América Latina. Nosso crescimento está aquém dos outros", apontou. Holland rebateu: "Como economistas, não comparamos laranjas com bananas". O secretário acrescentou que o Brasil tem uma economia muito diversificada e não deve ser feita a comparação. Giannetti respondeu: "Entendo sua posição de ter que defender o que foi feito nos últimos anos, mas não dá pra tapar o sol com a peneira". Mansuelo criticou os juros altos no País e lembrou que a economia do setor público não é suficiente para pagar a dívida. "O gasto continua crescendo acima do crescimento da economia. Significa que é uma situação muito séria", disse. Ele afirmou que é necessário um ajuste fiscal sustentável, o que deve ser feito com uma política de cerca de 5 anos. "Não significa necessariamente cortar gastos, mas controlar o crescimento dos gastos", afirmou, acrescentando que os gastos do governo devem crescer menos que o PIB. "Por isso que é mais fácil fazer ajuste fiscal com economia crescendo", disse. Impostos – Giannetti defendeu que o Brasil não precisa aumentar a carga tributária. "Já temos carga tributária fora do normal para país de renda média", disse. A qualidade dos serviços fundamentais, como saúde e educação, é péssima, segundo o economista. Ele também defendeu o controle de gastos. "Defendemos que (os gastos) têm que crescer menos que o PIB." Representante da atual equipe econômica, Holland rebateu que os três mais importantes gastos do governo foram reduzidos: encargos financeiros da dívida, gastos de cargos e folhas, previdência. Ele reconheceu a importância de uma reforma tributária, mas lembrou que a tarefa não é simples. Em seguida, o secretário argumentou que as desonerações feitas pelo governo federal tiveram o objetivo de minimizar o peso dos tributos. "A grande agenda é de

simplificação tributária", defendeu. Mansueto defendeu que é importante dar incentivos, mas que é necessário ter verba para isso. "O governo conseguiu dar incentivos, mas não tá pagando a conta", disse, fazendo referência ao BNDES. Holland rebateu que "é conta de contador" não analisar o peso dos benefícios. "Ele cita o lado do custo e não cita o lado do benefício", disse. O secretário apontou a crise de crédito e disse que o BNDES entrou para compensar a falta de crédito privado. Para Giannetti, o erro do governo Dilma foi mexer no sistema tributário caso a caso, em referência às desonerações para setores específicos. Ele acrescentou que concorda ser razoável usar o BNDES para expandir oferta de crédito em período de crise. "Mas o governo descobriu um brinquedo. O que era remédio, virou veneno. Aí entra um problema de justiça. O subsídio é transferido para grupo pequeno de empresários, disse. "Agora transferimos mais para um grupo de empresários, em forma de subsídios, do que transferimos via Bolsa Família." Juros – O representante da campanha do PSB ainda criticou os juros praticados no País. "O governo Dilma é um governo de paradoxos. A bandeira era redução de juros e será o primeiro governo a entregar o País com juro maior do que recebeu. Além disso, é um governo desenvolvimentista que fragilizou a base industrial do País", criticou. Holland acusou Giannetti de omitir a grave crise internacional e lembrou que a indústria sofre mais com as consequências das incertezas globais. "Demos incentivos para mitigar efeitos das adversidades internacionais", disse. Holland afirmou ainda que o governo promoveu investimentos em infraestrutura e investiu em qualificação de trabalhadores. Mansueto acrescentou que a desindustrialização que ocorre no Brasil preocupa, especialmente porque não é possível ver uma saída do túnel. Giannetti concluiu dizendo que o Brasil vive uma situação de 7 x 1, "com 7 de inflação e 1 de crescimento". "Mudar o rumo terá um custo, mas o custo de não mudar será maior." A assessoria de imprensa do Ministério da Fazenda informou que o programa foi gravado na última quarta-feira, 23.

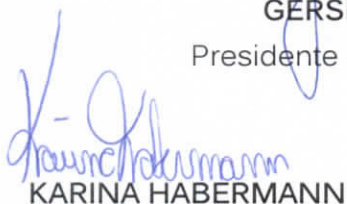
Diretor do BNDES defende aportes do Tesouro ao banco – No centro do debate eleitoral sobre a política econômica, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) saiu nesta segunda-feira, 28, em defesa de sua atuação nos governos do PT, sobretudo após a crise internacional deflagrada em 2008. O diretor de Planejamento do BNDES, João

Carlos Ferraz, que foi vice-presidente da instituição, criticou o uso de "chavões" no debate eleitoral, como "bolsa-empresário" e apoio a "campeões nacionais", e defendeu os aportes do Tesouro Nacional para financiar os empréstimos do banco. "Utilizar termos como esse é meio uma desqualificação ao empresário. Ele dá a noção de que esse País não tem empresários qualificados, que fazem cálculos econômicos racionais", disse Ferraz a jornalistas, após participar da abertura de um seminário sobre instituições financeiras de desenvolvimento, organizado pelo instituto de pesquisas Minds, no Rio. A expansão do banco estatal de fomento, uma das estratégias de reação à crise, é um dos pontos mais criticados pela oposição na política econômica dos governos Lula e Dilma Rousseff. Desde 2009, o Tesouro aportou R\$339,246 bilhões no BNDES, incluindo do R\$30 bilhões autorizados em maio. Ano passado, houve também um aporte de R\$15 bilhões para capitalizar o patrimônio do banco, elevando o montante para R\$354.246 bilhões. Em entrevista ao jornal "O Estado de São Paulo" no domingo, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso comparou os investimentos públicos nas bolsas de transferência de renda com os subsídios dados por meio do BNDES. "O governo dá para cima e dá para baixo. É mais fácil você parar com o subsídio (para setores empresariais, via BNDES) do que com a bolsa", afirmou Fernando Henrique, quando perguntado se é possível fazer um ajuste na política econômica sem afetar a distribuição de renda. Para o diretor do BNDES, porém, não é o banco o ponto central do debate eleitoral. "A sociedade vai discutir não o BNDES, mas o investimento e financiamento do investimento, porque este País tem o enorme desafio de crescer a importância relativa do Investimento", disse Ferraz, para então alfinetar: "Tem que ser um debate qualificado. Utilizar chavões para tentar resumir um processo extremamente complexo pode ser uma simplificação". Segundo Ferraz, chamar os empresários do BNDES de "bolsa-empresário" é "pejorativo ao empresário brasileiro" porque as taxas de juros na economia brasileira, "o preço macroeconômico principal", são muito elevadas. Por isso, recorrer ao BNDES é uma questão de fazer "cálculos econômicos racionais". Do contrário, as empresas seriam obrigadas a exigir taxas de retorno que resultariam em preços que "o consumidor não suportaria". Sobre os aportes do Tesouro, o diretor do BNDES destacou que, no contexto da crise internacional, estratégia semelhante

foi usada por bancos de fomento de outros países – Ferraz citou o China Development Bank, o KfW alemão e os bancos do Canadá e do México. O mecanismo de captar recursos no mercado, para então emprestar aos bancos públicos, seria, segundo Ferraz, “mais seguro do ponto de vista das contas públicas” do que se o BNDES recebesse aportes por meio de Orçamento da União. **Banco Central do Brasil – Relatório de Mercado – Focus – (25/07/2014)** – Expectativas de Mercado Mediana – Agregado – IPCA 2014 6,41%▼ e 2015 6,21%▲; Meta Taxa Selic fim de período 2014 11,00%= e 2015 12%=; PIB 2014 0,90%▼ e 2015 1,50%▼. Terminada a reunião às dezessete horas e não havendo mais nada a deliberar, eu *KARINA HABERMANN*, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e demais membros presentes, para que seja disponibilizada ao Gestor e demais consultas.


GERSIANE GOMES BARBOSA

Presidente - Certificação ANBIMA CPA 10


KARINA HABERMANN

Secretária

Certificação ANBIMA CPA 10


CLAUDIA DAMETTO TAMBOLIN

Membro